

2019 RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4º Trimestre



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - RS

C O M P O S I Ç Ã O

Conselheiro IRADIR PIETROSKI

Presidente

Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

1º Vice-Presidente

Conselheiro CEZAR MIOLA

2º Vice-Presidente

Conselheiro ALEXANDRE POSTAL

Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro ALGIR LORENZON

Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO

Corregedor-Geral

Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO

Ouvidor

GERALDO COSTA DA CAMINO

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

DANIELA WENDT TONIAZZO

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI

FERNANDA ISMAEL

Adjuntos de Procurador

HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI

CESAR VITERBO MATOS SANTOLIM

ALEXANDRE MARIOTTI

RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA

ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI

LETÍCIA AYRES RAMOS

Conselheiros Substitutos

TATIANA ZAMBIASI OLSSON

Chefe de Gabinete da Presidência

SANDRO CORREIA DE BORBA

Diretor-Geral

CLAUDIO ROBERTO KOSKODAN DAS CHAGAS

Diretor de Controle e Fiscalização

JOSÉ ALAOR SILVEIRA

Diretor Administrativo



S U M Á R I O

1 – Considerações Iniciais

2 – Presidência

2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

2.2 - Reuniões Administrativas, Técnicas e Eventos

2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

3 – Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

3.1 - Processos relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

4 – Conselheiros Substitutos

5 – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

6 – Corregedoria-Geral

7 – Ouvidoria

8 – Direção-Geral

8.1 - Gabinete

8.2 - Consultoria Técnica

9 – Direção Administrativa

9.1 - Assessoria Administrativa

10 – Atividades de Controle Externo

Direção de Controle e Fiscalização

10.1 - Assessoria Técnica

10.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo

10.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI

10.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

10.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM

10.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

10.7 - Supervisão de Serviços Processuais – SSP



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO 4º TRIMESTRE DE 2019

1 – Considerações Iniciais

Tenho a honra de apresentar a este egrégio Plenário o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao 4º trimestre do exercício de 2019, peça a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, e que foi elaborada em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Federal; no artigo 72 da Carta Magna Estadual; e no artigo 27, inciso XIII, da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000 - Lei Orgânica do TCE-RS, combinado com o artigo 17, inciso XXIII, do Regimento Interno, diploma aprovado pela Resolução nº 1.028/2015.

Seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência da Casa, os resultados obtidos no 4º trimestre de 2019 estão retratados no presente Relatório de Atividades.

2 – Presidência

2.1 – Audiências concedidas pelo Presidente

No decorrer do trimestre, o Senhor Conselheiro-Presidente concedeu trinta e seis audiências a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, conforme segue:

Audiências	Número
Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado e Autoridades Estaduais	17
Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais	05
Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras, Vereadores e Autoridades Municipais	05
Outros	09
Total	36

2.2 – Reuniões Técnicas

A Presidência promoveu 03 Encontros de Trabalho Administrativo com os Senhores Conselheiros, Conselheiros Substitutos e com o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.



Foram realizadas, também, 02 reuniões técnicas com a Coordenação-Geral, integrada pelos Senhores Diretores, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico da Presidência, visando ao debate de questões operacionais e administrativas do Tribunal de Contas.

2.3 – Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de educação corporativa do Tribunal de Contas do Estado, no exercício das atribuições definidas pela Lei Estadual nº 11.935, de 24 de junho de 2003, desenvolveu as seguintes ações de educação no trimestre:

Quantidade	Ações de Educação - Público Interno	Participações
149	Técnicos e Estagiários	811
Quantidade		
Ações de Educação - Público Externo		
33	Jurisdicionados	1988
33	Sociedade	522
13	Ações de Cooperação	1591
79	Subtotal	4101
Total		
228		4912
Cursos Livres à Distância oferecidos de forma permanente		
Cursos de livre acesso – Públicos Interno e Externo		
Pessoas que acessaram os Cursos		
Técnicos, Jurisdicionados e Sociedade		

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo GRH0036, e Moodle do TCERS.

3 – Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

Compete à Secretaria das Sessões acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:



Órgão	Sessões	Tipo de Sessão	Processos
1ª Câmara	11	Ordinária	339
2ª Câmara	11	Ordinária	283
1ª Câmara Especial	6	Ordinária	103
2ª Câmara Especial	4	Ordinária	77
Câmaras Especiais Reunidas			
Tribunal Pleno	11	Ordinária	195
	6	Administrativa	31
	1	Sessão Especial/Extraordinária	1
TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS			1029
Suspensões de julgamento e solicitações de vista			96
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS			933
PARECERES EMITIDOS			74
Parecer Favorável			68
Parecer Favorável (Reversão de Parecer Desfavorável)			2
Parecer Desfavorável (Reversão de Parecer Favorável)			
Parecer Desfavorável			1
Parecer Favorável/Desfavorável (Ordenadores distintos)			3
JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS DE GESTÃO			
Julgamento pela Regularidade de Contas			112
Julgamento pela Regularidade de Contas, com ressalvas			138
Julgamento pela Irregularidade de Contas			9

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos DEC1050 e DEC1115.

3.1 – Processos Relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

Os quadros a seguir contêm dados estatísticos sobre os processos relatados pelos Senhores Conselheiros e Conselheiros Substitutos, no decorrer do trimestre.



PROCESSOS RELATADOS NO TRIBUNAL PLENO															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
TRIBUNAL PLENO	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Administrativo	0	5	0	3	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Agravo	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	4
Análise da evolução patrimonial de agente público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria de admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria de atos derivados de pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de declaração	2	0	1	0	3	7	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Apreciação de atos de inativação, reforma e pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Complementação de Proventos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infração administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inativação	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Inspeção especial	0	2	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	6
Inspeção extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matéria administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MPC – Representação	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Pedido de orientação técnica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedido de revisão	1	0	2	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	7
Prestação de contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de contas – gestão fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de contas de governo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo de contas de gestão	0	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	1	0	5
Proposta de súmula	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recurso de embargos	4	20	11	1	22	20	16	1	0	0	3	0	0	5	103
Recurso de reconsideração	3	0	0	0	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	9
Solicitação de vista	2	5	4	0	4	15	4	2	0	2	1	0	1	1	41
Suspensão de julgamento	0	3	0	0	1	8	3	0	0	0	0	1	0	0	16
Tomada de contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de contas especial	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Uniformização de jurisprudência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL TRIBUNAL PLENO	13	36	21	4	35	68	28	3	0	2	4	3	3	6	226

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
1ª CÂMARA	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	43	37	38	0	0	0	0	0	0	1	119
Admissão	0	0	0	0	15	23	11	0	0	0	0	0	0	2	51
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	0	0	0	0	4	2	0	0	5	0	0	0	0	0	11
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	0	0	0	0	5	5	8	0	0	0	0	0	0	0	18
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Atos Derivados de Pessoal	0	0	0	0	2	4	3	0	0	0	0	0	0	0	9
Auditoria Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Retificação de Certidão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo de Contas de Governo	0	0	0	0	15	15	13	0	0	0	0	0	0	2	45
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	24	6	6	0	4	0	0	0	0	4	44
Representação do MPC	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	4
Denúncia	0	0	0	0	1	5	4	0	0	0	0	0	0	0	10
Transferência para a Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Solicitação de Vista	0	0	0	0	5	8	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL 1ª CÂMARA	0	0	0	0	118	114	88	0	9	0	0	0	0	10	339

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	39	30	24	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	97
Admissão	14	10	11	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	40
Auditoria Ordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Embargos de Declaração	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Cautelar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atos Derivados de Pessoal	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Inspeção Especial	6	3	5	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	17
Inspeção Extraordinária	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas de Governo	7	6	10	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	26
Processo de Contas de Gestão	19	17	30	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	70
Retificação de Certidão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Representação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Transferência para a Reserva	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Revisão de Proventos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Denúncia	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Solicitação de Vista	2	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8
Suspensão de Julgamento	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL 2ª CÂMARA	91	81	89	0	0	0	0	0	0	0	11	6	0	5	283

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS ESPECIAIS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	38	21	88
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	2	8
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL 1ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	37	0	0	0	0	42	24	103
2ª CÂMARA ESPECIAL															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	28	0	24	19	0	0	71
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Auditoria de Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL 2ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	27	21	0	0	77



Conselheiros: AL. Algir Lorenzon CM. Cezar Miola MP. Marco Antonio Lopes Peixoto IP. Iradir Pietroski AP. Alexandre Postal EX. Estilac Martins Rodrigues Xavier PF. Pedro Henrique Poli de Figueiredo	Conselheiros Substitutos: HP. Heloisa Tripoli Goulart Piccinini AM. Alexandre Mariotti RA. Renato Luís Bordin de Azeredo DZ. Daniela Zago Gonçalves de Cunda AW. Ana Cristina Warpechowski LR. Letícia Ayres Ramos RL. Roberto Debacco Loureiro
---	---

4 – Conselheiros Substitutos

Os Conselheiros Substitutos, no exercício de suas competências, desenvolveram as seguintes atividades no trimestre:

Participações nas Sessões	
Tribunal Pleno	79
1ª Câmara	18
2ª Câmara	18
Primeira Câmara Especial	19
Segunda Câmara Especial	13

Fonte: X:\AudSubst\SEC\priv\Controles\Relatorios\Mensais\2019.

Substituições a Conselheiros nos Gabinetes		
Conselheiro Substituto	Conselheiro	Período
Alexandre Mariotti	Coordenação da Auditoria	1º a 09/10
	Estilac Xavier	05/11
	Cezar Miola	11 a 14/11
Ana Cristina Moraes Warpechowski	Estilac Xavier	10 e 11/10, 11 a 14/11, 28 e 29/11
	Algir Lorenzon	12 a 21/10
Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Cezar Miola	07 a 11/10
	Marco Peixoto	14 a 18/10
	Algir Lorenzon	11 a 14/11
Heloisa Tripoli Goulart Piccinini	Algir Lorenzon	29 a 31/10 e 1º/11
	Cezar Miola	04 e 05/11
	Alexandre Postal	11 a 14/11
Letícia Ayres Ramos	Estilac Xavier	17 a 19/10
	Marco Peixoto	11 a 14/11
	Cezar Miola	06/12
Renato Luís Bordin de Azeredo	Estilac Xavier	30/11, 1º a 04/12
	Cezar Miola	12 e 13/12
Roberto Debacco Loureiro	Alexandre Postal	15 a 18/10
	Cezar Miola	23 a 25/10 e 16 a 19/12 29/10



	Estilac Xavier	
--	----------------	--

Fonte: X:\AudSubst\SEC\priv\Controles\Relatorios\Mensais\2019.

5 – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, desenvolveu as seguintes atividades no trimestre:

PROCURADOR E ADJUNTOS DE PROCURADOR	
Participação nas Sessões do Tribunal Pleno e Câmaras	
Tribunal Pleno	
Ordinárias	11
Extraordinárias/Especiais	01
Câmaras Especiais Reunidas – 1ª Câmara – 2ª Câmara	
	32
Participação nas Sessões Administrativas	6

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos DEC1050 e DEC1115.

Atividade processual	
Pareceres emitidos	3.572
Promoções exaradas	108
Representações encaminhadas à Presidência	03
Encaminhamento de matéria ao Ministério Público	-
Recursos interpostos pelo MPC	04
Informações Técnicas	31
Total	3.718

6 – Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral, responsável pela correição permanente dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 20 do RITCE, no decorrer do período, promoveu a execução do *Plano Anual de Correições Ordinárias – 2019*, mediante a realização, *in loco*, de Correição Ordinária junto à Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE. Executaram-se, nesse período, as providências preambulares com vista à instauração da comissão processante designada para apurar os fatos descritos no processo 30138-0200/19-5. Elaboraram-se os relatórios gerenciais referentes ao quinto bimestre de 2019, encaminhados aos Gabinetes de Conselheiros e Conselheiros Substitutos,



discriminando, respectivamente, as suas cargas de processos. Analisaram-se, ainda, no período, DOCs encaminhados à ACG, acerca de temáticas pertinentes às suas competências, bem como se expediram Certidões ACG nº 09/2019 e 15/2019, referentes à submissão de servidores do TCE a processos de sindicância ou administrativos disciplinares.

O quadro abaixo demonstra o acervo de processos registrado junto aos Gabinetes e supervisões técnicas no primeiro e último dia do trimestre compreendido entre 1º de outubro a 31 de dezembro de 2019:

ESTOQUE DE PROCESSOS	01/out	31/dez
Gabinete da Presidência (*)	396	399
Gabinete do Conselheiro Alexandre Postal	118	119
Gabinete do Conselheiro Algir Lorenzon	264	237
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola	157	119
Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier	221	2
Gabinete do Conselheiro Iradir Pietroski	0	208
Gabinete do Conselheiro Marco Peixoto	120	120
Gabinete do Conselheiro Pedro Figueiredo	130	188
Gabinete do Conselheiro Substituto Alexandre Mariotti	23	13
Gabinete da Conselheira Substituta Ana Warpechowski	26	37
Gabinete da Conselheira Substituta Daniela Zago	25	33
Gabinete da Conselheira Substituta Heloisa Piccinini	30	26
Gabinete da Conselheira Substituta Letícia Ramos	37	22
Gabinete do Conselheiro Substituto Renato Azeredo	7	21
Gabinete do Conselheiro Substituto Roberto Debacco Loureiro	13	22
Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI	17.621	17.279
Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE	212	190
Supervisão de Auditoria Municipal – SAM	1.402	1.311
Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM	1.902	1.518
Supervisão de Serviços Processuais – SSP (**)	14.290	14.484
Secretaria das Sessões - SS	156	211
TOTAL	37.150	36.559



Notas: (*) Dos processos indicados para o Gabinete da Presidência, 306 (de 396) e 314 (de 399), registrados, respectivamente, nas datas de 01/10 e 31/12/2019, referem-se a processos administrativos de acompanhamento de ações judiciais de interesse do TCE;

(**) SSP: calculado mediante exclusão do SEARQ (com exceção aos processos nas situações *sobrestado e remetidos à origem*).

Fonte: Sistemas Corporativos – Módulo CIP0085 (*Seleção por Supervisão*). Dados coletados em 06-03-2020.

7 – Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu **1253** demandas no 4º trimestre de 2019. Desse total, **72,4 %** já foram **concluídas**, equivalentes a **1.290** demandas, conforme distribuição no quadro abaixo:

Situação	Número
Reclamação	71
Sugestão	1
Elogio	0
Denúncia	1.709
Total de Demandas registradas	1.781
Arquivada – Acautelatória indeferida	2
Arquivada – Apontada em relatório de auditoria	8
Arquivada – Autuado processo de denúncia	1
Arquivada – Demanda controversa	4
Arquivada – Falha sanada pelo administrador	26
Arquivada – Faltaram informações complementares	6
Arquivada – Instaurada inspeção	4
Arquivada – Matéria já cadastrada	2
Arquivada – Não apontada em relatório de auditoria	90
Arquivada – Não confirmada pela UCCI	5
Arquivada – Respondida pela UCCI	238
Arquivada pela Ouvidoria (criticidade e/ou relevância)	813
Arquivado – Incluído em item a auditar	2
Demanda anônima – Subsídio para auditoria – Concluída	72
Demanda Identificada – Concluída	1
Demanda Recebida – Ainda não Auditada – Concluída	1
Demandas já auditadas – Concluídas	15
Total de Demandas Concluídas	1.290

Fonte: Sistemas Corporativos, Sistema DOC 0099 – em 12/02/2020.

*Unidade Central do Controle Interno.



O Portal TCE– RS foi o meio mais utilizado para encaminhamento das denúncias, com 99,3 % do total (1.709). As denúncias que se referem à área de pessoal (46,3 %) e licitações (13,1 %) foram os temas que concentraram a maior frequência nesse quarto trimestre.

8 – Direção-Geral

8.1 – Gabinete

Na Direção-Geral tramitam os processos relativos aos termos de cooperação e ajustes análogos celebrados pelo Tribunal de Contas do Estado com instituições públicas e privadas, os quais alcançaram o número de 08 expedientes no trimestre, sendo todos novos termos de cooperação.

No decorrer do trimestre, o Senhor Diretor-Geral concedeu 17 audiências e reuniões a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, bem como dirigentes do TCE-RS.

8.2 – Assessoria da Direção-Geral

Compete à Assessoria da Direção-Geral, dentre outras atribuições, a elaboração de minutas de projetos de instrução normativa, projetos de resolução e projetos de lei. No trimestre, foram preparadas quatro minutas de instruções normativas, bem como se participou de diversos grupos de trabalho e comissões constituídas no âmbito do Tribunal, dentre elas a que trata do projeto estratégico “Implantação da Matriz de Responsabilização no TCE”.

No período, a Assessoria da Direção-Geral manteve, também, a interlocução com órgãos e entidades no âmbito de convênios e acordos de cooperação, bem como a representação do TCE-RS na Comissão Central do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), projeto da Atricon 2018-2019, e de Comissões Temáticas instituídas pela Portaria nº 17/2018, de agosto/2018, da Atricon.

8.3 – Lei de Acesso à Informação

Compete ao Diretor-Geral, em primeira instância, analisar e deferir pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011). Nesse



sentido, vale registrar que as normativas que regulamentam a matéria no âmbito interno são as Resoluções nº 1.016, de 15/09/2014, e 1.046, de 05/08/2015, bem como a Instrução Normativa nº 10, de 01/12/2017.

Durante o trimestre foram desenvolvidas as seguintes atividades relativas ao atendimento de pedidos formulados com base na Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011:

TOTAL DE PEDIDOS RECEBIDOS COM BASE NA LAI	
Número de pedidos recebidos	55
Pedidos em que o acesso foi deferido	42
Pedidos em que o acesso foi parcialmente deferido	04
Pedidos em que o acesso foi indeferido	08
Pedidos em que houve desistência do solicitante	01

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br) > Transparência e Acesso à Informação > Números da LAI.

TIPOS DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS	
Concursos do TCE/RS	03
Consultas	01
Dados de jurisdicionados	01
Dados disponíveis em outros órgãos	02
Dados internos	01
Dados sobre denúncias	02
Outros	16
Processos de fiscalização	27
Não informado	02

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br) > Transparência e Acesso à Informação > Números da LAI.

TIPOS DE SOLICITANTES	
Advogado	09
Agente Político	06
Estudante	05
Jornalista	02
Não informado	03
Outros	11
Representante de Instituição	02
Servidor Público	17

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br) > Transparência e Acesso à Informação > Números da LAI.



8.4 – Consultoria Técnica

Informações e Pareceres por escrito:

Saldo em 01/10/2019	13
Expedientes recebidos	85
Expedientes expedidos	89
Saldo em 31/12/2019	09

Fonte: X:\DG\CT\sec\Relatórios; e controles internos.

Consultas Diversas

Tipo	Número
Consultas realizadas por telefone por entes jurisdicionados	102
Consultas realizadas por telefone por entes não jurisdicionados	18
Consultas realizadas pessoalmente por entes jurisdicionados	31
Consultas realizadas pessoalmente por entes não jurisdicionados	07
Consultas realizadas por setores do TCE	16
Consultas efetuadas por escrito com resposta expedida (Triagens)	14
Processo (Informação)	05
Pareceres CT (Individuais e Coletivos)	03
Pareceres jurídicos (em licitação/contratos)	70
Demandas oriundas do sítio institucional do TCE na Internet – Fale Conosco	99
Consultas por e-mail	-
Notas técnicas	02
Demandas da Ouvidoria	-
Atendimento a Regionais	20
Total	387

Fonte: X:\DG\CT\sec\Relatórios; e controles internos.

Demais Atividades Desenvolvidas pela Consultoria Técnica:

1. Assessoramentos previstos no PG-TCE-0003, bem como na Resolução nº 1.028/2015 – Regimento Interno do TCE/RS.
2. Atualização e consolidação de indicadores econômicos.
3. Acompanhamento da legislação federal e da estadual atinente aos assuntos de interesse do Tribunal de Contas, em especial quanto às matérias tratadas na Consultoria.
4. Análise e seleção das informações da Consultoria Técnica aprovadas pelo Tribunal Pleno, com o propósito de manter atualizada a base informativa disponibilizada no



sítio institucional do TCE-RS na Internet, no espaço da Consultoria Técnica.

5. Alimentação e atualização das informações geradas, tratadas e mantidas na *homepage*, acessada por meio do endereço eletrônico www.tce.rs.gov.br, nos termos da Instrução Normativa nº 11/2004.

6. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim da Consultoria, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais.

7. Realização de estudos técnicos e participação em eventos promovidos pelo TCE-RS e por outras instituições.



9 – Direção Administrativa

A Direção Administrativa é responsável pela articulação de todas as atividades pertinentes à área administrativa e sua atuação se dá em estreita colaboração com a Direção-Geral e com a Direção de Controle e Fiscalização.

9.1 – Assessoria Administrativa

Em consonância com o Padrão Gerencial PG-DA 005, foram desenvolvidas as seguintes atividades no trimestre:

Descrição	Número
Informações Técnicas	36
Projetos de Instrução Normativa	03
Projetos de Instrução Normativa oriundos da Direção Administrativa	00
Projetos de Resolução	12
Projetos de Resolução oriundos da Direção Administrativa	00
Projetos de Lei	00
Projetos de Lei oriundos da Direção Administrativa	00
Ofícios DA-GAB	04
Despachos DA-GAB (<i>processos físicos</i>) – <i>Despachos elaborados no SEI não são computados</i>	96
Demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/11	00
Demandas oriundas de reclamações trabalhistas	01
Participação em comissões/grupos de trabalho	06
Participação em reuniões/palestras/cursos	23
Circulares da Coordenação-Geral	01
Circulares da Direção Administrativa	00
Informações da Coordenação-Geral	00
Processos Administrativos Incluídos no SEI*	06
Total	188

Fonte: X:\DA\ADM\priv\Rel. Trim. Ativ. DA\2019\4º trimestre; e controles internos.

* Em conjunto com a Comissão Gestora do SEI

10 – Atividades de Controle Externo: Direção de Controle e Fiscalização

Compete à Direção de Controle e Fiscalização articular as múltiplas atividades desenvolvidas pela Área Técnica, compreendendo a Assessoria Técnica (AT), a Assessoria de Sistemas de Controle Externo (ASCE), o Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), a Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), a



Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais (SAICE), a Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM), a Supervisão de Auditoria Municipal (SAM) e a Supervisão de Serviços Processuais (SSP). A seguir, a síntese das principais atividades desenvolvidas no trimestre.

10.1 – Assessoria Técnica (AT)

A Assessoria Técnica é responsável, dentre outras, pelas seguintes atividades: assessorar o Diretor de Controle e Fiscalização na sua esfera de competência; elaborar estudos e informações envolvendo matérias afetas ao controle externo e de interesse do Tribunal de Contas; participar de auditorias e de inspeções por solicitação do Diretor de Controle e Fiscalização; promover a integração dos órgãos e unidades da DCF e, no que couber, com outros órgãos; participar de grupos de trabalho e comissões constituídos no âmbito da DCF e, por deliberação superior, com as demais unidades do Tribunal; propor Projetos de Resolução e de Instrução Normativa para matérias afetas ao controle externo e à respectiva área de atuação; e gerenciar sistemas de controle externo e projetos estratégicos.

No 4º trimestre de 2019, a Assessoria Técnica apoiou no encaminhamento e análise técnica de diversos processos e auditorias que tramitaram pela Direção, especificamente tendo produzido 21 informações sobre matérias diversas de controle externo.

Além disso, a Assessoria Técnica trabalhou no apoio às Supervisões da DCF na revisão, para fins de atualização, das Resoluções nos 1.052/2015 e 1.010/2014 e respectivas Instruções Normativas. Também esteve envolvida ativamente nos projetos estratégicos e grupos de trabalho acerca da “Responsabilização de Agentes Públicos”, “Repriorização das Ações da DCF” e “Tomadas de Contas Especiais”.

Ainda, cabe registrar que a Assessoria Técnica concentrou as demandas da DCF para Supervisão de Informática, e realizou diversas atividades de gerenciamento de projetos e sistemas de tecnologia da informação para controle externo.

10.2 – Assessoria de Sistemas de Controle Externo (ASCE)

A Assessoria de Sistemas de Controle Externo é responsável pela gerência dos projetos estratégicos Processo Eletrônico, Estruturação do MacroProcesso e LicitaCon e, ainda, pela gerência dos sistemas ICE/CIP/PVR/DOC/MTZ e suplência dos sistemas



SISCAD/SISCOP/COI.

10.3 – Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX)

O Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), órgão integrante da Direção de Controle e Fiscalização, conforme Resolução nº 1.021/2014, tem por objetivo impulsionar a utilização da tecnologia da informação como elemento auxiliar aos Serviços de Auditoria, de forma a tornar dinâmicas e tempestivas as fiscalizações e os monitoramentos das ações governamentais de seus órgãos e entidades jurisdicionados.

O CGEX, além das diversas iniciativas voltadas à assinatura de termos de cooperação com órgãos e entidades de Estado, vem auxiliando os Serviços de Auditoria no que se refere à utilização de ferramentas de informática que apoiam as auditorias das esferas estadual e municipal. Também realizou verificações, a partir de demandas da Ouvidoria, fornecendo informes para a área técnica, além de desenvolver e dar manutenção ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).

Destacam-se, a seguir, os resultados alcançados com os atendimentos técnicos realizados:

ATENDIMENTOS TÉCNICOS	Número
Atendimentos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC)	70
Atendimentos a Serviços de Auditoria (subsídios à auditoria)	28
Atendimentos a outros setores da casa (Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Direção-Geral, Direção de Controle e Fiscalização e Assessoria Técnica)	26
Atendimentos em apoio à utilização de ferramentas de tecnologia da informação (incluindo BI-Auditoria)	18
Atendimentos e consultas de órgãos parceiros	2
Elaboração de informações (subsídios à auditoria)	2
Atividades de representação (Rede de Controle e Rede InfoContas)	8
Participação em Auditorias e Inspeções	1
Palestras em eventos e treinamentos internos (horas-auditor)	93
Participação em Grupos de Trabalho (grupo x auditor)	4
Total	252

Fonte: Sistema de abertura de chamados e controle internos do setor.



10.4 – Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI

A Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações é composta pelo Serviço de Inativações e Pensões da Área Municipal (SIPAM), Serviço de Inativações e Pensões da Área Estadual (SIPAE) e pelo Serviço de Admissões Estaduais e Municipais (SAEM).

A SAPI, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

ASSUNTO	Nº PROCESSOS
Inativações e Pensões	
Inativação	4.504
Transferência para reserva	352
Reforma	96
Complementação de proventos	19
Revisão de proventos	54
Pensão	143
Revisão de pensão	4
Complementação de pensão	--
Outros (ação judicial/procs. outros órgãos/Unif. Jur.)	1
Subtotal	5.173

Auditoria de Admissão e Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	
Subtotal	102
ASSUNTO	Nº PROCESSOS
Recurso de embargos	20
Recurso de reconsideração	--
Embargos declaratórios	--
Agravo regimental	--
Pedido de revisão	3
Subtotal	125
Total de Processos Analisados	5.298

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo CIP0099.

10.5 – Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

A Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais é composta pelos seguintes serviços: Serviços de Auditoria Estadual I, II e III, Serviço de Instrução do Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal - SAIPAG e Serviço de Instrução Estadual - SIES.

A SAICE, no exercício das atividades relacionadas com a atividade-fim do Tribunal de Contas do Estado, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:



Assunto	Número
Processo de contas (análise, consolidação e outros) – SIES	53
Inspeção especial/ inspeção extraordinária (análise, consolidação e outros) – SIES	04
Tomada de Contas Especial – SIES	10
Recurso de reconsideração e pedido de revisão – SIES	05
Sindicância Patrimonial - SIES	02
Recurso de reconsideração, contas de governo – SAIPAG	-
Auditorias operacionais, informações – SAIPAG	13
Auditorias de projetos cofinanciados por organismos internacionais – SAIPAG	-
Instruções técnicas de contas de gestão fiscal – SAIPAG	12
Instruções técnicas de contas de governo – SAIPAG	02
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – I	28
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – II	19
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – III	21
Total	169

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP 0108, CIP 0180, AUD0200, AUD0080, CIP0040; e controles internos dos Serviços de Auditoria, p. ex., SIRAC.

10.6 – Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM é constituída pelos Serviços de Instrução Municipal I e II e pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão - SAG, tendo desenvolvido as seguintes atividades no trimestre:

Tipo de Processo – Atividade	Número
Relatório geral de contas de gestão Legislativos/Entidades	97
Relatório de Contas de Governo 2017 e 2018	159
Análise de esclarecimentos de contas de governo e contas de gestão	298
Instrução técnica de inspeções especiais, de inspeções extraordinárias, de denúncias, de tomada de contas especiais, de infrações administrativas e de representações do ministério público junto ao TCE-RS.	65
Instrução técnica de recursos	118
Instrução técnica de gestão fiscal legislativo, de certidões e retificações de certidões.	221
Total	958

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP0108, CIP 0099 e CIP 0300, Sistema de Gestão (SE Suíte) e controles internos da Supervisão.



10.7 – Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

A Supervisão de Auditoria Municipal é composta pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre, pelos Serviços de Auditoria da Região de Porto Alegre I e II, por nove Serviços Regionais de Auditoria e pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico.

Os resultados dos Serviços de Auditoria, relacionados aos Processos de Contas de Gestão, Processos de Auditoria de Admissão, Processos de Auditoria de Atos Administrativos Derivados de Pessoal e Processos de Inspeção Especial e Extraordinária, alcançaram os seguintes resultados no trimestre:

Serviços de Auditoria	Nº de Auditorias
SPA - Serviço de Auditoria de Porto Alegre	2
SRPA I - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre I	7
SRPA II - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre II	17
SRCS - Serv. Reg. de Auditoria de Caxias do Sul	38
SREC - Serv. Reg. de Auditoria de Erechim	26
SRFW - Serv. Reg. de Auditoria de Frederico Westphalen	18
SRPF - Serv. Reg. de Auditoria de Passo Fundo	13
SRPL - Serv. Reg. de Auditoria de Pelotas	10
SRSA - Serv. Reg. de Auditoria de Santo Ângelo	8
SRSC - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Cruz do Sul	37
SRS� - Serv. Reg. de Auditoria de Santana do Livramento	20
SRSM - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Maria	26
Total	222

Fonte: Qlik Sense – Painel das Auditorias (datas início e término, não ano do plano).

Os atendimentos prestados pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico - SASOT aos jurisdicionados e aos Serviços Regionais de Auditoria atingiram os seguintes resultados, no trimestre:

Sistemas e Matérias	Atendimentos
LICITACON	-
IEGM	-
RPPS	2
Total	2

Fonte: SAS0140 – Gráfico de Acompanhamento.

Os atendimentos prestados pelos Serviços Regionais de Auditoria aos jurisdicionados



atingiram os seguintes resultados, no trimestre:

Serviços Regionais	Atendimentos Técnicos
SRCS	14
SREC	123
SRFW	36
SRPF	58
SRPL	36
SRSA	49
SRSC	41
SRSL	96
SRSM	121
Total	574

Fonte: SAS0140 – Gráfico de Acompanhamento. Exceto SRSL que foi obtido de forma manual.

10.8 – Supervisão de Serviços Processuais – SSP

A Supervisão de Serviços Processuais tem por objetivo principal a racionalização dos fluxos administrativos, para conferir maior celeridade e eficiência ao trâmite processual, relevante aspecto de apoio operacional prestado aos Magistrados na consecução de suas atividades jurisdicionais. A organização da Supervisão obedece ao critério da etapa da tramitação processual, considerando seu início, meio e fim, sendo composta pelos seguintes serviços: Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC, Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC e o Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões - SEADE.

O Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC apresentou, no exercício, os resultados a seguir.

Atendimentos aos jurisdicionados e demais interessados, prestados pelo Setor de Atendimento Processual - SATE:

Atendimentos			
Telefônicos	Portal (SAS)	Presencial	Total
1359	496	48	1903



Movimentações de processos/documentos no âmbito dos setores de Protocolização e Expedição - SPE e Autuação de Processos - SEAUT:

Movimentação	Remessas/Processos
Recebimento e remessa de documentos	1345
Conferência de protocolos eletrônicos	8568
Entrada e saída de processos do TCE	1214
Expedição de correspondências	2940
Processos cadastrados	3993
Processos distribuídos e redistribuídos	4494
Total	22.554

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP, PRO e DPC.

O Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC apresentou, no exercício, a seguinte movimentação de processos:



Processos	
Administrativo	
Agravo	27
Auditoria de Admissão	628
Análise da Evolução Patrimonial de Agente Público	
Auditoria Operacional	1
Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	144
Complementação de Pensão	1
Complementação de Proventos	78
Consulta	1
Contas de Gestão	1336
Contas de Governo	468
Denúncia	112
Documentos para Tomada de Contas	
Estágio Probatório	
Embargos de Declaração	28
Inativação	14220
Infração Administrativa	3
Infração Educação	
Inspeção Especial	205
Inspeção Extraordinária	32
Pedido de Orientação Técnica	2
Pedido de Revisão	31
Pensão	479
Prestação de Contas	
Processo de Contas - Executivo	12
Processo de Contas - Outros	27
Processo de Outros Órgãos	
Recurso Administrativo	
Recurso de Embargos	177
Recurso de Reconsideração	13
Reforma	84
Representação do MPC	29
Retificação de Certidão	
Revisão de Pensão	14
Revisão de Proventos	239
Sindicância Patrimonial	2
Tomada de Contas	5
Tomada de Contas Especial	34
Transferência para a Reserva	348
Uniformização de Jurisprudência	
Total de Processos Tramitados	18.780



O Setor de Cálculo e de Certidões - SECALC, vinculado ao SEADE, é responsável, entre outras atividades, pelo controle das Certidões de Decisão - Títulos Executivos extraídos em decorrência das decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal, tendo apresentado, no exercício, os seguintes resultados:

Atividades	
Extração de Certidões de Decisão - Títulos Executivos	139
Averbações	658
Atualização de valores de multa e/ou débito - Título Executivo	79
Total	876